



## Recensões

**António Costa Pinto, *O regresso das ditaduras?*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, 96p., ISBN: 978-989-900-433-7.**

*O Regresso das ditaduras?* é o título de um dos mais recentes livros de António Costa Pinto, publicado em 2021 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. António Costa Pinto é Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Convidado no ISCTE em Lisboa. Lecionou em diferentes Universidades estrangeiras como a Universidade de Stanford, Universidade de Georgetown e no Institut D'Études Politiques de Paris. Foi Presidente da Associação de Ciência Política, consultor científico do Museu da Presidência da República Portuguesa e colabora frequentemente com a imprensa, rádio e televisão. É autor de uma vasta obra composta por diversos livros e artigos dedicados a temas como autoritarismo, fascismo, ditadura e transições democráticas.

*O regresso das ditaduras?* é um pequeno livro de divulgação com cerca de 90 páginas, escritas por um académico sob a forma de ensaio, mas que se dirige a um público mais amplo. A obra estabelece uma análise comparativa, dando exemplos das características universais das ditaduras. O autor fundamenta as suas reflexões recorrendo a diversos estudos e à nova literatura sobre o tema, utiliza um vocabulário cuidado, mas com linguagem simples, acessível, clara e objetiva, o que facilita a perceção do tema. O texto ajuda a compreender e a pensar a origem e a definição de conceitos como fascismo ou ditadura e contribui para o conhecimento da natureza das ditaduras. A obra faz o enquadramento da crise democrática, aborda a consolidação de uma nova forma de autoritarismo, designada por *autoritarismo competitivo*, e destaca as características institucionais das ditaduras, fornecendo uma perspetiva global sobre os seus modos de dominação política. A introdução do texto coloca a questão que dá nome à obra: Estarão as ditaduras de volta? A resposta é incerta, mas de facto sabemos que ditaduras ocupam atualmente mais de um terço do

*Revista Portuguesa de História* – t. LIII (2022) – p. 251-257 – ISSN: 0870.4147  
DOI: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_53\\_11](https://doi.org/10.14195/0870-4147_53_11)

mundo. O autoritarismo é a forma de governo dominante em potências como a Rússia, a China ou em países como a Arábia Saudita, a Venezuela, a Hungria, a Turquia entre outros. O autor considera que quando observamos a política contemporânea não podemos afirmar que os regimes autoritários estejam novamente em crescimento, todavia é certo que a democracia enfrenta uma dinâmica de crise associada à emergência da direita radical, porém não sabemos se estes partidos vão criar regimes autoritários.

No mundo atual, o autor destaca que se verifica uma sobrevivência de regimes ditatoriais há muito estabelecidos como, por exemplo, a Coreia do Norte. Assistimos também na contemporaneidade a processos de mudanças políticas como é o caso da China que se transformou numa ditadura de capitalismo de Estado. E temos ainda atualmente novos regimes de *autoritarismo competitivo* dispersos pelo Mundo, como é o caso da Hungria, Angola ou Turquia. António Costa Pinto exprime de forma clara a distinção entre democracia e ditadura, considerando que a diferença principal entre estes dois regimes é que ditadura não se fundamenta em eleições livres e justas, e nenhuma democracia se faz sem elas. Não existe nada intermédio, ou é democrata, ou é autoritário, daí a dificuldade do autor em aceitar o conceito de *democracia iliberal* para definir uma forma de regime político. António Costa Pinto entende essa associação como duvidosa: o conceito de *democracia iliberal* exprime “apenas uma dinâmica incerta e não uma forma política consolidada”<sup>1</sup>.

Uma das ideias fundamentais presente neste ensaio é que os regimes ditatoriais são dotados de uma enorme variedade, cada um com as suas particularidades, no entanto, existe um conjunto de características comuns a todas as ditaduras, como a personalização do poder, os partidos únicos dominantes, os parlamentos enquanto meios de imitação das democracias e cooptação das elites e a repressão. Independente do tipo de ditadura, sejam elas fascistas, comunistas, militares, passadas ou atuais, estas características são comuns a todas elas.

O livro está dividido em seis partes: uma introdução, quatro pequenos capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo intitulado “As ditaduras: tipos e variedade” faz um enquadramento da origem do termo ditadura e apresenta, como referido anteriormente, as eleições livres e justas como o grande elemento diferenciador entre ditadura e democracia. Esta clareza de conceitos é muito importante para que o leitor compreenda que estamos a falar de duas coisas verdadeiramente opostas e distintas e que não podem existir em simultâneo. Este primeiro capítulo

---

<sup>1</sup> António Costa Pinto, *O regresso das ditaduras*, Lisboa, Fundação Manuel dos Santos, 2021, p. 91.

identifica ainda as características que afastam e aproximam as diversas ditaduras da época fascista, refere-se à influência do fascismo italiano e distingue ditaduras socialistas, ditaduras militares e outras ditaduras. O segundo capítulo reflete sobre o papel das instituições políticas nas ditaduras: o ditador, o partido único ou dominante, o governo, os parlamentos e as eleições. Uma das visões mais interessantes deste capítulo é a importância das instituições como, por exemplo, os parlamentos. Estas instituições em ditadura são geralmente apontadas como uma farsa, no entanto, o autor considera que embora estes órgãos atuem em ditadura de uma forma muito diferente daquela que é a sua ação em democracia, são adaptados de forma a garantir a estabilidade e a sobrevivência dos regimes ditatoriais e a cumprir um importante papel de cooptação de elites. O terceiro capítulo dedica a sua atenção à repressão e à coerção, características comuns a todas as ditaduras, embora a relação entre os tipos de repressão e os tipos de ditadura seja bastante complexa. As ditaduras alimentam-se de repressão, e a sua sobrevivência depende da vigilância e da intimidação, mas também é necessário garantir que as mesmas instituições, criadas para reprimir, não se virem contra o poder. António Costa Pinto percorre as ideias de diversos estudiosos para dar ao leitor uma noção global das diferentes visões e teorias sobre este assunto, apresentando exemplos com estudos de caso do salazarismo, franquismo e da SATSI (a polícia política da antiga República Democrática Alemã). O capítulo termina com uma análise das ditaduras contemporâneas que continuam a servir-se da coerção como arma. No último capítulo designado “As várias faces do autoritarismo contemporâneo. Uma nova vaga?” o autor tenta responder à questão que intitula o livro: estamos ou não atualmente a assistir ao regresso das ditaduras? Muitas ditaduras que hoje existem são uma sobrevivência e uma adaptação das ditaduras do passado. Se podemos chamar às ditaduras contemporâneas uma nova vaga, é uma questão ambígua que nos deixa na dúvida. Estaremos realmente perante uma nova vaga de autocracias ou estamos a enfrentar um problema de erosão dos regimes democráticos? O autor apresenta como exemplo desta erosão democrática a chegada ao poder de líderes populistas de direita radical como Jair Bolsonaro no Brasil e chama a atenção para uma diferença fundamental desta nova forma de acesso ao poder. Enquanto no passado a ascensão das ditaduras resultou de uma aniquilação imediata da democracia, na atualidade os regimes autoritários chegam legalmente ao poder, disfarçam-se de democracias e provocam lentamente a sua degradação. O capítulo analisa também os casos específicos da Turquia, da Rússia e da China.

O ensaio faz uma introdução às ditaduras e aos seus modos de dominação política e compreende-se a impossibilidade de aprofundar algumas temáticas. No entanto, certas questões, como a censura, poderiam ter merecido maior atenção

A censura é uma forma de repressão muito característica das ditaduras e que António Costa Pinto praticamente não aborda. Embora o autor assinale a censura da informação como um dos “universais” das ditaduras, apenas lhe dedica uns escassos parágrafos. As ditaduras usaram a censura para manipular os conteúdos de todos os meios de comunicação, desde a imprensa até aos espetáculos. A ação da censura é fundamental enquanto meio de controlo e cooptação da sociedade e a sua execução é crucial para que os regimes totalitários se consigam manter no poder. A sociedade é iludida com informações que transmitem unicamente uma imagem positiva do seu líder e da sua política. Atualmente a Rússia de Vladimir Putin serve-se da censura para impedir os jornais de divulgar notícias sobre o conflito com a Ucrânia. O regulador russo proibiu o uso de palavras como “guerra”, “invasão” ou “ofensiva” e milhares de cidadãos que se manifestam na rua contra a invasão são presos pelas autoridades. Ao lado da censura, a divulgação de *fake news*, comumente chamadas de notícias falsas, constituem hoje em dia uma das maiores ameaças à democracia e tem um poderoso papel na manipulação da opinião pública. O ex-presidente americano Donald Trump ou o atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro são dois exemplos de políticos que usam a divulgação de notícias falsas em proveito próprio, mas não são os únicos, pois os partidos de direita radical, em franco crescimento na Europa e com uma crescente representatividade parlamentar, são assíduos utilizadores de notícias falsas. O fenómeno não é novo,

A difusão de rumores ou de falsas informações, fenómenos ancestrais, acentuaram-se com os novos instrumentos disponíveis – jornais de grande difusão, depois o cinema, a rádio, e da [...] televisão entre as duas guerras e após 1945 – com o objetivo de cumprir uma função simbólica para legitimar o esforço de guerra e a solidariedade coletiva face a um inimigo comum. À semelhança das “fake news” de hoje, mobilizavam a comunidade no ódio contra o adversário<sup>2</sup>.

O analfabetismo literário que em muito serviu as ditaduras do passado deu lugar

a elevadas taxas de analfabetismo funcional (não saber trabalhar ou utilizar as informações que se leem) entre a população europeia, a uma perceção totalmente distorcida daquilo que a rodeia, à incapacidade em distinguir na Internet o verdadeiro do falso. O que a torna particularmente permeável às “fake news”<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Lusa Agência de Notícias de Portugal, “‘Fake News’: A forma ‘pós-moderna’ dos antigos rumores”, *Combate às Fake News uma questão democrática*, on-line (<https://combatefakenews.lusa.pt/fake-news-uma-ameaca-a-democracia/>), consultado em 2022.02.14).

<sup>3</sup> Ibidem.

O fenómeno das *fake news* é essencial para compreender a corrosão atual da democracia e representa uma grave ameaça ao direito fundamental à informação. Se as ditaduras regressarem, a utilização da censura e das notícias falsas terão certamente um papel fulcral. Este é um aspeto em falta no livro e que ajudaria o leitor a compreender melhor os riscos que a democracia enfrenta atualmente e quais os meios disponíveis que abrem caminho ao regresso das ditaduras.

Uma matéria tão atual está sujeita a um imenso grau de incerteza. Apenas o futuro determinará se estamos ou não perante uma nova vaga de ditaduras. No entanto, sabemos que as ditaduras contemporâneas exibem contornos de mudanças e continuidades com o passado. O ensaio dá-nos apenas uma ideia generalizada e chaves para fomentar a reflexão. Para aprofundar esta temática a leitura teria de ser complementada com outras obras que versem sobre este mesmo assunto. O assunto não é novo, desde há muito que estas questões preocupam estudiosos e investigadores, contudo o interesse tem vindo a aumentar, muito devido ao contexto atual de crise democrática. Em 2001 foi publicado por Paulo Otero um estudo com o título *A Democracia Totalitária. Do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária. A influência do totalitarismo na democracia do século XXI*, publicação que teve origem numa conferência sobre “O pensamento político atual” no âmbito de um programa sobre “Filosofia e Metodologias Jurídicas”. Este trabalho alerta para a formação de sociedades totalitárias, propõe uma reflexão sobre o presente, o futuro da democracia e o legado do totalitarismo. Tal como aconteceu no passado, os instrumentos de combate ao totalitarismo são insuficientes, a sociedade não tem consciência da cultura totalitária que emerge de modo progressivo e subtil.

O fenómeno do fascismo que durante muito tempo aparentou ser um tema do passado, nos últimos anos revelou-se renascido e em crescimento. Esta nova consciência de que o fascismo, o totalitarismo e as ditaduras não morreram remete-nos para as palavras de Albert Camus no romance *A Peste* que se refere à doença como um vírus que nunca morre e que fica apenas adormecido. O mesmo se passa com o totalitarismo e o fascismo que não morrem, apenas ficam adormecidos, sem perder a capacidade de infetar a democracia. Esta metáfora está presente no estudo de Paulo Otero e é também referida por Rob Riemen no seu ensaio intitulado *O eterno retorno do fascismo*, publicado em 2012. Riemen analisa o regresso dos fascismos e denuncia a nossa recusa em aceitar ver esse regresso, chamando a atenção para o tabu que se gerou em torno da palavra fascismo. O autor constata que em democracia se admitem conceitos como extrema direita, conservadorismos, populismo, mas fascismo não; e se o queremos combater não o podemos negar. Durante muitos anos fomos levados a acreditar que ditadura e fascismo eram questões importantes,

mas pertenciam ao passado. No entanto, o incitamento ao ódio, a demagogia e o populismo atuais, demonstram que este não é um problema do passado. O retorno das ditaduras tem vindo a ganhar destaque, sobretudo quando se observa uma crescente representatividade de partidos de extrema direita e um grande aumento da sua popularidade. Depois da eleição de Trump na América e Bolsonaro no Brasil o mundo ganhou nova consciência dos perigos que a democracia enfrenta e o número de publicações sobre o tema cresceu. A ruína da democracia foi assunto de várias publicações recentes. Em 2017 Manuel Castells publicou o livro *Ruptura. La crisis de la democracia liberal* onde reflete sobre a crise da democracia enquanto consequência da desigualdade social e da crescente desconfiança do eleitorado em relação à classe política. Castells fala em crise de legitimidade dos sistemas políticos e analisa o *Brexit* na Europa, a eleição de Trump na América e a crise do estado espanhol. Em 2018 foi publicado o livro *Como morrem as Democracias* de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Os autores lançam um olhar atento sobre a erosão na democracia norte-americana que teve início nas décadas de 1980 e 1990, processo que Donald Trump veio acelerar. Estamos perante uma nova ameaça em que líderes eleitos podem subverter o poder que os elegeram, não sendo necessário um golpe militar para destruir a democracia. David Runciman, na obra *Como acabam as democracias*, também de 2018, embora não acredite que a história do fascismo dos anos 1930 se repita, não duvida que a democracia enfrenta uma crise e salienta que os políticos que juram fidelidade à democracia são os mesmos que a desgastam, podendo esta acabar sem que sequer nos apercebamos.

O livro de António Costa Pinto complementa e em parte resume estas e outras obras já existentes. *O regresso das ditaduras* oferece uma síntese reflexiva sobre questões urgentes, necessárias e essenciais, tendo em conta o momento atual que vivemos. Embora o contexto seja outro, a crise económica e social que vivemos relembra efetivamente a crise dos anos 30 do século XX. Não podemos ignorar as crescentes ameaças à democracia e a emergência de partidos de extrema direita que, embora lentamente, conquistam o seu lugar nas instituições democráticas minando o sistema com ideias racistas e xenófobas. Este é um livro de leitura essencial não só para quem se interessa por questões políticas, mas para todos os cidadãos. A forma descomplicada e prática como foi escrito poderá ajudar nesse objetivo de facilitar a compreensão e incutir o interesse por estes assuntos na população em geral e também nos mais jovens. Sabendo que a democracia está ameaçada, é essencial que os cientistas sociais se dediquem a estes temas e exponham as suas ideias de forma clara e objetiva. Hoje, ao contrário do que aconteceu no passado, podemos abordar livremente estas questões sem que a nossa integridade moral e física fique afetada.

Podemos e devemos usar dessa liberdade para evitar que os mesmos erros e os mesmos crimes se repitam; para isso é preciso chegar ao cidadão comum com honestidade e sentido crítico, fomentando o diálogo e a reflexão. Este livro dá um importante passo nesse sentido.

CRISTINA BATISTA LOPES<sup>4</sup>  
Universidade de Coimbra, CEIS20  
karatecrisviolin@live.com.pt  
<http://orcid.org/0000-0002-4397-7773>

---

<sup>4</sup> Bolseira de Doutoramento pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto Ref<sup>o</sup> UI/BD/151440/2021.

